

A proposta aos credores será vinculada ao preço do petróleo

- 9 OUT 1990

O governo brasileiro pretende incluir em sua proposta de acordo aos bancos privados credores uma cláusula que permita a revisão do que for combinado, acionável caso o cenário do mercado internacional de petróleo não siga as previsões traçadas até meados do próximo ano, quando se espera uma queda nos preços. A informação é da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que terminou ontem de preparar a proposta brasileira.

A ministra reuniu-se com seus assessores no ministério depois de apresentar o plano ao presidente Fernando Collor no Palácio do Planalto. Foram detalhados tecnicamente alguns dos pontos da proposta e estudados cenários de comportamento do mercado internacional. "Construímos um cenário básico, com um certo comportamento dos preços, e na base de cálculos desenvolvemos a proposta", explicou o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris.

Na opinião dos técnicos "os preços devem continuar em patamares irreais até o verão do Hemisfério Norte", quando o consumo cai acentuadamente e espera-se que os preços se retraiam. Este comportamento determinaria a capacidade de pagamento do Brasil. A salvaguarda de uma revisão do acordo será usada caso a situação do mercado internacional seja diferente da projetada.

Mas Zélia informou que o mecanismo poderia ser usado por ambas as partes. "Estaremos prontos a considerar vários cenários, assim como os credores", afirmou.

Mesmo sem querer dar outros detalhes, Zélia disse que a proposta brasileira seria de um reescalonamento de longo prazo, maior que o mandato do presidente Fernando Collor. Os desembolsos do Brasil devem ser crescentes ano a ano, "a partir de que se estabilize a economia e aumente a capacidade de pagar", afirmou a ministra. "O Brasil mostrará que é um país solvente."

Nenhum dos participantes da reunião de ontem quis prever qual será a reação dos bancos credores. Entretanto, o embaixador para a dívida externa, Jório Dauster, adiantou que seria "ótimo" se o acordo fosse fechado até dezembro. Mas observou que "não existe data marcada" para uma resposta dos bancos. Eris comentou apenas que "é uma boa proposta para o Brasil, realista". E o secretário especial de Política Econômica, Antônio Kandir, repetiu que a proposta "procura dar uma solução definitiva à questão da dívida". O acordo que for feito com os credores será apresentado aos senadores para aprovação. Dauster não espera dificuldades com o Congresso, porque o contrato se baseará na capacidade de pagamento do Brasil.

JORNAL DA TARDE